

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.091 - PB (2019/0319859-2)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PEDRAS DE FOGO - PB
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ITAMBÉ - PE
INTERES. : BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS : ERIC GARMES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP173267
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - SP192649
NELSON PASCHOALOTTO - PE000945A
INTERES. : ENILDA MACIEL DE LIMA SANTOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA NEGATIVO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. SÚMULA 33/STJ.

1. A competência relativa é incompatível com a declinação de ofício, segundo enuncia a Súmula 33/STJ.
2. Conflito conhecido para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ITAMBÉ - PE.

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PEDRAS DE FOGO - PB, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ITAMBÉ - PE, suscitado.

Ação: busca e apreensão ajuizada pelo BANCO ITAUCARD S/A em desfavor de ENILDA MACIEL DE LIMA SANTOS.

Decisão do JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ITAMBÉ - PE: considerando que "o endereço da demandada localiza-se na zona rural do Município de Pedras de Fogo-PB, de modo que o pedido formulado não se enquadra nos limites de competência desta Unidade", declinou da competência e determinou a remessa dos autos àquela Comarca.

Decisão do JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PEDRAS DE FOGO - PB: suscitou o presente conflito de competência, ao argumento de que considerando que "compulsando a totalidade dos documentos que constam nos autos, não se percebe uma linha que seja por parte do réu alegado a incompetência

Superior Tribunal de Justiça

territorial (relativa) do juízo da Vara Única da Comarca de Itambé/PE para processamento e julgamento desta demanda. Desta forma, e com amparo nos termos do Enunciado n.º 33 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é clara a vedação da declaração da incompetência relativa (territorial) de ofício, que houve neste caso".

Parecer do MPF: pelo conhecimento do conflito negativo de competência, para que, no mérito, seja declarado competente o Juízo de Direito da Vara Única de Itambé – PE.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Conheço do conflito, porquanto envolve juízos vinculados a Tribunal diversos, nos moldes do art. 105, I, "d", da Constituição Federal.

Tratando-se de ação de busca e apreensão, a competência é relativa, territorial, incompatível com a declinação de ofício, segundo enuncia a Súmula 33/STJ: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".

Dessa forma, enquanto não houver oposição de exceção pela parte demandada, é vedado ao órgão julgador declarar-se incompetente de ofício, ficando prorrogada a competência do Juízo a quem foi distribuída a ação monitória.

Forte nessas razões, CONHEÇO do conflito negativo de competência e estabeleço como competente o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ITAMBÉ - PE.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora